

[http://www.trt10.jus.br/servicos/consultasap/acordao.php?](http://www.trt10.jus.br/servicos/consultasap/acordao.php?nProcTrt=09979&tipo_trt=RO&aProcTrt=2011&dt_julgamento_trt=11/05/2012&np=00265-2011-009-10-00-1&nj=MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON&npvoto=275199&tp=RO)

[nProcTrt=09979&tipo_trt=RO&aProcTrt=2011&dt_julgamento_trt=11/05/2012& np=00265-2011-009-10-00-1&nj=MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON&npvoto=275199&tp=RO](http://www.trt10.jus.br/servicos/consultasap/acordao.php?nProcTrt=09979&tipo_trt=RO&aProcTrt=2011&dt_julgamento_trt=11/05/2012&np=00265-2011-009-10-00-1&nj=MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON&npvoto=275199&tp=RO)

RO 265-88.2011.5.10.0009 – 2ª Turma – Publicação: DEJT 11.05.2012

Relator: Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Recorrente: Ministério Público do Trabalho

Recorrido: Carrefour Comércio e Indústria Ltda

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO. REVISTA DE OBJETOS PESSOAIS DOS EMPREGADOS AO FINAL DO EXPEDIENTE. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. A confiança é elemento essencial ao contrato de trabalho. O procedimento rotineiro de revistar bolsas e pertences dos empregados extrapola o aparente sentido de precaução e mostra-se perverso, na medida em que desnatura a presunção de inocência assegurada na Constituição e ofende o princípio da igualdade, já que submete os empregados a constrangimentos a que não se sujeitam os cidadãos comuns que, da mesma forma que os empregados, frequentam o estabelecimento comercial. **DANO MORAL COLETIVO. VIOLAÇÃO REITERADA DO ORDENAMENTO JURÍDICO VIGENTE. CONFIGURAÇÃO.** A violação ao ordenamento jurídico, consubstanciada pelo reiterado descumprimento de suas prescrições e a consequente desvalorização progressiva de suas emanções como vinculadoras

das condutas - que acaba por acarretar verdadeira anomia - é mais grave do que a violação ao interesse individual. Esta pode ser coibida pela simples incidência da sanção prevista na própria norma. Aquela deve ser repudiada pelos novos instrumentos que o ordenamento jurídico disponibiliza para sua própria defesa. Constatado o solene e recorrente desprezo da empresa reclamada pelas normas que compõem o ordenamento jurídico vigente, configura-se o dano moral coletivo, a demandar a competente reparação. Recurso ordinário conhecido e provido.